26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

MICROAGRESSÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO BIBLIOTECÁRIA: EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS ESTUDANTES NEGRAS EM RONDÔNIA

RACIAL MICROAGGRESSIONS IN LIBRARY EDUCATION: EXPERIENCES OF BLACK STUDENTS IN RONDÔNIA

Jordan Palmeiro da Silva – Universidade Federal do Pará /(UFPA)
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva – Universidade Federal do Pará /(UFPA)

Modalidade: Trabalho completo

Resumo: Esta investigação possui o objetivo de compreender a presença das microagressões raciais na vivência de pessoas estudantes negras de um curso de Biblioteconomia de Universidade Federal do norte do Brasil. Esta pesquisa se ancora nos estudos em Biblioteconomia Negra e Antirracista articulados à Psicologia social com enfoque nas violências diárias sofridas por pessoas estudantes negras. O referencial teórico está organizado em dois momentos: primeiro, conceitua as microagressões raciais, explora suas características e dimensões; segundo, contextualiza a instituição avaliada. A abordagem metodológica é de uma pesquisa aplicada com características qualitativas que utiliza de um formulário semiaberto aplicado com as pessoas estudantes do curso de Biblioteconomia. O resultado da pesquisa identificou a presença das microagressões raciais no ensino bibliotecário manifestadas por meio de práticas sutis verbais e não-verbais que expressam indiferença, racismo e sexismo. As microagressões mais frequentes na experiência de estudantes negras da referida instituição pertencem às categorias de microinsulto e microinvalidação, estes traumas, por sua vez, interseccionam opressões de gênero, raça e sexualidade e perduram na trajetória de pessoas estudantes negras.
Palavras-chave: microagressões raciais; educação bibliotecária; estudantes; Biblioteconomia negra – Brasil; Rondônia.

Abstract: This study aims to understand the presence of racial microaggressions in the lived experiences of Black students in the Library Science program at the Federal University of Rondônia (UNIR), in northern Brazil. The research is grounded in Black and Anti-Racist

Librarianship studies articulated with Social Psychology, focusing on the everyday forms of violence experienced by Black students. The theoretical framework is organized into two parts: first, this research conceptualizes racial microaggressions and explores their characteristics and dimensions; second, it also contextualizes ethnic-racial issues at the institution under study. The methodological approach is an applied qualitative study that uses a semi-open-ended questionnaire administered to students enrolled in the Library Science program. The results identified the presence of racial microaggressions in library education, manifested through subtle verbal and nonverbal practices that express indifference, racism, and sexism. The most frequent microaggressions in the experiences of Black students at the institution fall into the categories of microinsults and microinvalidations; these traumas, in turn, intersect with oppressions related to gender, race, and sexuality and persist throughout the educational trajectories of Black students.
Keywords: racial microaggressions; teaching librarianship; students; Black Librarianship – Brazil; Rondônia.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira contemporânea padece dos efeitos de injustiças raciais estruturalmente enraizadas, que atingem direitos civis básicos como educação, informação, saúde e participação política, com reflexos diretos no ambiente acadêmico. Essas violências manifestam-se sob múltiplas formas, desde as mais sutis e subjetivas (Pastore, 2025) até as microagressões raciais e o racismo explícito, as quais promovem obstáculos para que pessoas negras identifiquem e nomeiem as opressões a que são submetidas (Garcês-da-Silva *et al*., 2024a). Tal quadro remonta às dinâmicas coloniais que estruturaram a formação do Brasil, ancoradas na exploração econômica e na violência como pilares de organização social, que impuseram um modelo extrativista e uma hierarquia étnico-racial sustentada pela escravização de povos indígenas e africanos, além de estratégias de catequização e dominação que perpassam a própria constituição das identidades negras (Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

Para além do racismo estrutural, as microagressões raciais atuam como dispositivos cotidianos de manutenção das relações de poder por meio de gestos sutis, maliciosos e aparentemente inofensivos que, no interior das interações sociais, reiteram e naturalizam a opressão sobre grupos étnico-raciais (Sue *et al*., 2007; Nadal, 2011, 2018). Jana e Baran (2020) propuseram o conceito de “atos sutis de exclusão” (ASE) como uma via alternativa para abordar as microagressões, com enfoque de contribuir para sua desestigmatização e para uma compreensão mais aprofundada de seus efeitos sobre a satisfação profissional, bem como sobre a saúde mental e física dos indivíduos (Jana; Baran, 2020).

A distinção entre microagressões e discriminação explícita reside no fato de que seus perpetradores, muitas vezes, não têm consciência do caráter ofensivo de suas ações, embora tais violências sejam expressas a partir de percepções subjetivas e, por vezes, inconscientes sobre o outro, que refletem visões tácitas sobre o que é preferível, normal ou não (Huber; Solorzano, 2014). Exemplos incluem a suposição de que uma pessoa negra seja perigosa ou violenta, ou situações cotidianas como homens negros serem abordados em blitz policiais e mulheres negras serem revistadas sob suspeita em estabelecimentos comerciais (Nadal, 2018). Ao analisar a sociedade a partir dessa base histórica e levando em conta que as microagressões raciais existem nas bibliotecas e em diversos outros contextos de informação (Garcês-da-Silva *et al*., 2024a), percebemos que pessoas docentes e estudantes têm a capacidade de reproduzir preconceitos e exclusões de natureza racial, frequentemente de maneira inconsciente, em relação a estudantes e colegas negras em processo de formação.

A formação bibliotecária ainda apresenta lacunas, no que diz respeito às relações de poder e ao entendimento do racismo na universidade, ambos presentes nas experiências formativas no ensino superior, assim como as influências dos preconceitos e valores de pessoas docentes e de estudantes negras nessas vivências. Diante deste cenário, esta pesquisa se orienta pela seguinte pergunta Como as microagressões raciais se manifestam na experiência de pessoas estudantes negras do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia? Para responder a essa questão, o objetivo geral é compreender a presença das microagressões raciais na vivência de pessoas estudantes negras do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia.

Este artigo alinha-se às discussões promovidas pelo GT RERAD da FEBAB e pelo GT 12 da ANCIB, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, especialmente os ODS 4 (educação de qualidade), ODS 10 (redução de desigualdades) e ODS 18 (igualdade étnico-racial). Busca, ainda, contribuir para a efetivação das Leis Federais nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e nº 11.645/2008 (Brasil, 2008) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), ao propor caminhos para a construção de um ambiente universitário mais justo para grupos historicamente racializados, com base nos instrumentos normativos que orientam a atuação profissional contra o racismo e o preconceito.

A estrutura desta investigação está construída desta introdução, objetivo geral e a justificativa na introdução. A revisão teórico-conceitual inclui a contextualização, a conceituação e os tipos de microagressões raciais, além da análise das implicações dessas microagressões no ensino de Biblioteconomia. Os procedimentos metodológicos são apresentados abordando a coleta de dados, que incluem a aplicação de formulários com questões abertas e fechadas, voltadas para a vivência de estudantes negros no curso. Em seguida, apresentamos os resultados analisando as experiências e percepções das pessoas estudantes. Ao final, as considerações finais do estudo.

2 DELIEANDO AS MICROAGRESSÕES RACIAIS

O conceito de microagressões foi originalmente cunhado por Chester M. Pierce (1970), psiquiatra afro-americano de Harvard, para descrever insultos sutis, muitas vezes não verbais, direcionados a indivíduos negros em suas interações cotidianas. Posteriormente, o termo foi ampliado para abarcar ofensas contra mulheres e outros grupos marginalizados, e obteve reconhecimento sobretudo no ambiente acadêmico, em resposta à crescente conscientização sobre injustiças manifestadas de forma sutil em espaços como salas de aula e campi (Garcês-da-Silva *et al*., 2024a; 2024b; Jana; Baran, 2020; Pierce, 1970).

Sue (2010a, 2010b, 2010c) e colaboradores (Sue *et al*., 2007) expandiram o conceito, ao proporem um modelo para compreender como as opressões cotidianas ocorrem e afetam a saúde mental das vítimas. As autorias evidenciam que pessoas em posições de poder frequentemente perpetram ofensas sutis, quais sejam verbais, comportamentais ou por omissão, contra grupos marginalizados. O prefixo “micro” refere-se ao fato de que ocorrem em situações individuais ou “privadas”, muitas vezes despercebidas pela pessoa agressora, o que as torna de difícil identificação, uma vez que se materializam como formas sutis de preconceito em falas, ações e expressões, intencionais ou não, dirigidas a grupos social e etnicamente subalternizados (Garcês-da-Silva *et al*., 2024a; 2024b; Sue *et al*., 2019).

As microagressões raciais configuram-se como expressões cotidianas do racismo em nível interpessoal, nas quais o preconceito do agente manifesta-se de forma consciente ou inconsciente, por meio de comportamentos ou comunicações dirigidas a pessoas negras ou não brancas (Sue *et al*., 2007; Sue, 2010a; 2010c). Tais mensagens podem ser verbais, não verbais ou ambientais, e ocorrem, em geral, fora da consciência dos perpetradores, em espaços como escolas, bibliotecas, universidades e locais de trabalho (Jana; Baran, 2020; Sue, 2010e). Essa

dificuldade de identificação das microagressões deve-se, em parte, à autoimagem de muitas pessoas brancas como moralmente boas e decentes, o que as impede de reconhecer seu próprio papel na perpetuação do racismo (Garcês-da-Silva *et al*., 2024b).

Para Huber e Solórzano (2014), as microagressões raciais constituem uma forma de racismo sistêmico cotidiano que mantém os grupos racializados em posição de subalternidade. Nesse contexto, microagressões podem ser (i) verbais ou não verbais, sutis, automáticas ou inconscientes; (ii) ocorrer em camadas interseccionais (raça, gênero, classe, sexualidade, idioma, fenótipo, sotaque ou sobrenome); e (iii) ser cumulativas, e provocarem impactos fisiológicos, psicológicos e acadêmicos nas vítimas. Sua manutenção é alimentada pelo silenciamento das estruturas de branquitude, que se consolida como norma nas sociedades ocidentais. Quando tais agressões ocorrem, a responsabilidade é deslocada do grupo branco por meio de justificativas defensivas (como “tenho amigos negros”, “não sou racista” ou “somos todos iguais”) que buscam preservar uma imagem não racista ao mesmo tempo que silenciam as denúncias das vítimas (Garcês-da-Silva *et al*., 2024a; Sue, 2010a; 2010c).

As microagressões operam além de meras trocas interpessoais, configurando-se como processos institucionais que reforçam hierarquias raciais pré-existentes, mesmo sob políticas de neutralidade e discursos de equidade (Fu; Miller; Preves; Leff, 2026). A literatura especializada, com base nos trabalhos de Sue e colaboradores (2007), Sue (2010a; 2010b; 2010c) e Garcês-da-Silva e colaboradores (2024a), classifica as microagressões em três categorias principais. As microagressões verbais consistem em comentários ou perguntas que veiculam preconceitos ou estigmas contra grupos marginalizados, tais como “você é tão inteligente para um negro” ou “você só entrou aqui por cotas”. As microagressões comportamentais envolvem ações discriminatórias, como um docente que ignora perguntas de pessoas estudantes negras e atende prioritariamente as brancas, ou que se dirige a elas de maneira desdenhosa, sugerindo incompetência. Por fim, as microagressões ambientais manifestam-se por meio de discriminações sutis presentes na estrutura social, como currículos acadêmicos que omitem contribuições de grupos raciais subalternizados ou campi universitários cujos espaços e edifícios homenageiam exclusivamente figuras brancas (Garcês-da-Silva; Andrade, 2023; Garcês-da-Silva *et al*., 2024ª; Haghighi, 2023).

Essas microagressões raciais subdividem-se ainda em três tipos específicos. O microataque corresponde a uma forma aberta e intencional de discriminação, manifesta por

agressões verbais ou não verbais que visam causar dano, o que inclui ofensas, comportamentos evasivos e ações deliberadamente discriminatórias (Sue *et al*., 2007). Sua ocorrência é favorecida por condições como a sensação de impunidade, a presença de pares que compartilham atitudes semelhantes e situações de estresse ou descontrole (Sue, 2010d). Exemplos incluem o uso de apelidos pejorativos, a desmotivação de interações inter-raciais e a preferência no atendimento a clientes brancos em estabelecimentos comerciais. No ambiente acadêmico, uma pessoa professora que pressupõe a incapacidade intelectual de uma pessoa estudante indígena, com comentários como "considerando de onde você vem, deveria se esforçar mais", perpetua estereótipos negativos e compromete a autoestima estudantil (Garcês-da-Silva; Andrade, 2023).

Por sua vez, o microinsulto é caracterizado por comunicações desrespeitosas ou insensíveis, que menosprezam a herança cultural ou a identidade étnico-racial da vítima, como a suposição de que uma pessoa negra em um supermercado é funcionária, ou a pergunta, em uma entrevista de emprego, sobre como obteve determinada posição, o que transmite a mensagem implícita de que pessoas negras não são vistas como qualificadas para certos cargos e reforça a meritocracia como mecanismo de exclusão (Garcês-da-Silva *et al*., 2024a; Sue *et al*., 2007). No ensino superior, comentários como "você é tão inteligente para um negro" sugerem uma inteligência atípica, enquanto elogios à "boa aparência" apenas quando alinhada a padrões eurocêntricos reforçam a hierarquia estética racial. O acúmulo dessas agressões impacta a saúde mental e o bem-estar de pessoas estudantes, assim como geram isolamento e baixa autoestima.

Enquanto isso, a microinvalidação refere-se a comunicações ou sinais ambientais que excluem, anulam ou negam as percepções e experiências de grupos marginalizados, como perguntas repetidas sobre o local de nascimento ou sugestões para "voltar para seu país", mesmo quando a pessoa é natural do território. Considerada a mais prejudicial das categorias, a microinvalidação invalida diretamente as realidades sociais e as violências sofridas por populações racializadas, operando de forma explícita, implícita ou oculta (Garcês-da-Silva *et al*., 2024a; Sue, 2010d).

3 SITUANDO O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

O curso de Biblioteconomia, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação, foi criado em 2009, no campus de Porto Velho da Universidade Federal de Rondônia para atender à demanda por profissionais de gestão da informação e conhecimento na região amazônica (Universidade Federal de Rondônia, 2018). A Biblioteconomia da UNIR busca construir um perfil

estudantil diversificado que atraia pessoas de diferentes origens e fomente discussões sobre diversidade e acesso à informação para comunidades indígenas e ribeirinhas, embora as pessoas estudantes enfrentem desafios de infraestrutura, como biblioteca física e acesso limitado à internet.

Desde sua criação, o curso busca adaptar-se às inovações tecnológicas e às demandas do mercado, mas a análise de sua grade curricular (Universidade Federal de Rondônia, 2018) revela que, das 40 disciplinas ofertadas, apenas três ("Sociologia", "Cultura e Mídia" e "Linguagem Documentária") abordam em suas ementas as questões étnico-raciais, o que indica uma lacuna na formação bibliotecária voltada para as temáticas que discutem racismo e suas ramificações (Universidade Federal de Rondônia, 2018).

Assim, compreendemos ser possível aprofundar os debates propostos sobre microagressões no ensino em consonância com a missão do curso de Biblioteconomia da UNIR, que visa capacitar futuros profissionais com abordagem sistêmica do conhecimento tecnológico, desenvolvimento do pensamento crítico e visão voltada à transformação social e política, ancorada em padrões éticos alinhados às demandas sociais, econômicas e informacionais (Universidade Federal de Rondônia, 2018). Diante desse breve contexto, passamos à apresentação dos aspectos metodológicos da investigação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, que analisou a literatura científica e as respostas obtidas por meio de formulário aplicado a estudantes negras do curso de Biblioteconomia da UNIR, campus José Ribeiro Filho (Porto Velho). A coleta de dados foi realizada com questões abertas e fechadas, enviadas pela coordenação do curso aos discentes. Quanto à natureza, a pesquisa é qualitativa, com finalidade aplicada, voltada à geração de conhecimentos práticos para a solução de problemas específicos (Gerhardt; Silveira, 2009). Quanto à abordagem, a investigação é bibliográfica e documental. A etapa bibliográfica foi fundamentada em livros, artigos, anais e capítulos publicados sobre microagressões nas áreas da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Psicologia, com levantamento sistemático dos termos "microagressões", "microagressões raciais", "ensino bibliotecário" e "Biblioteconomia negra", em português e inglês, nas bases Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), SciELO, periódicos nacionais da área, Selo Nyota, Repositório da Universidade Federal de Rondônia

(RIUNIR) e Biblioteca JSTOR. A pesquisa documental, por sua vez, apoiou-se em leis, diretrizes, ementas e nos Projetos Pedagógicos do curso (2008 e 2018), disponíveis no site da instituição.

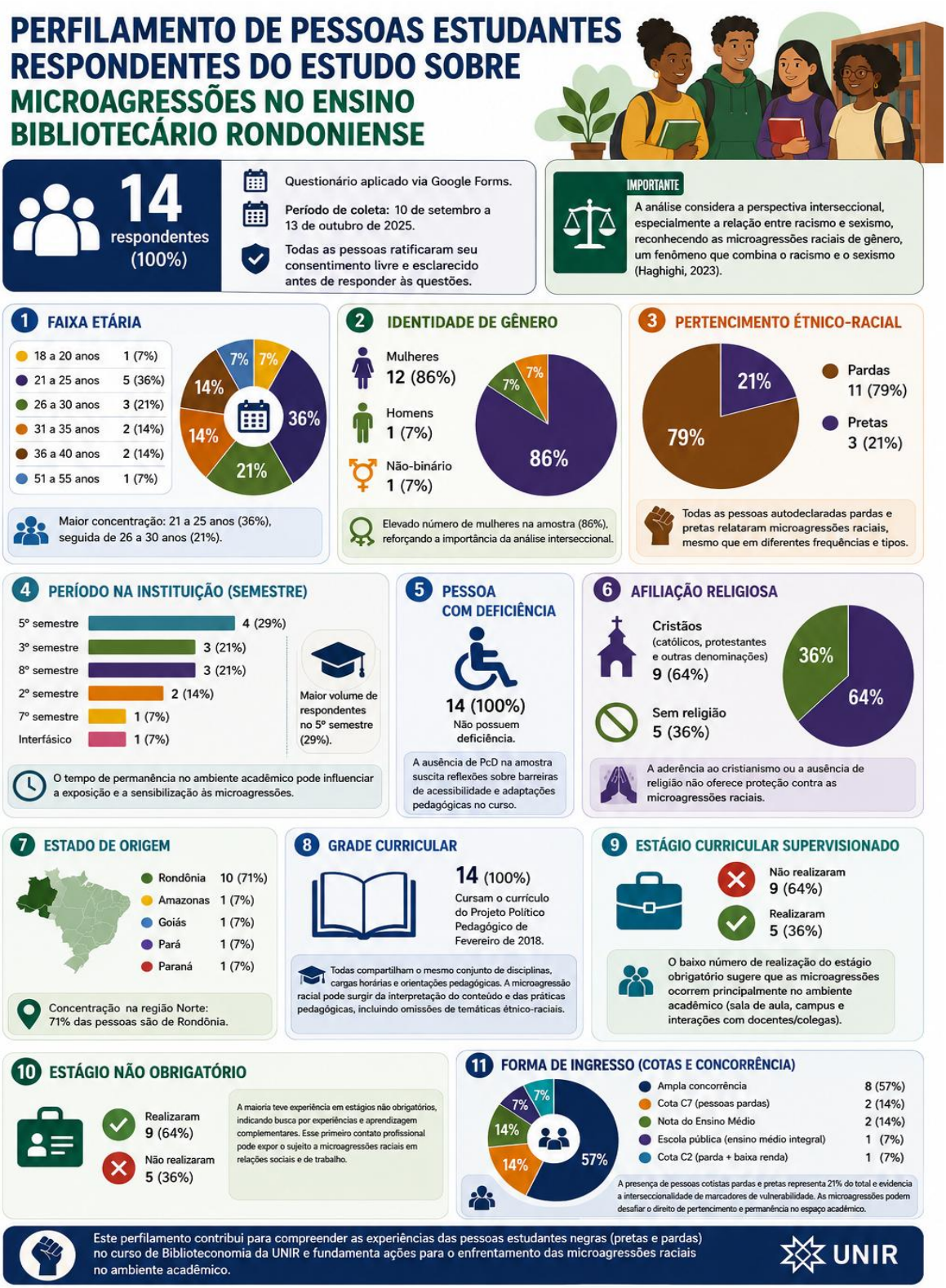
Para a coleta de dados, foi aplicado um formulário no *Google Forms*, composto por 17 questões abertas e fechadas, com espaço para justificativa em cada uma, organizado em três seções: a primeira destinada ao perfil da pessoa estudante; a segunda, às categorias de microagressões raciais vivenciadas durante a trajetória acadêmica; e a terceira, às atitudes tomadas diante dessas agressões. A amostra foi composta por 14 estudantes do curso de Biblioteconomia da UNIR, abrangendo desde o primeiro período até a fase final, e a análise considerou também como as microagressões se interconectam e se potencializam quando cruzadas por marcadores de gênero, classe, raça e sexualidade. Por fim, informamos que o uso da inteligência artificial generativa ChatGPT 2026 para apoio na criação do infográfico apresentado na Figura 1, baseado nos dados coletados pela pesquisa e referendados pelas pessoas autoras. A seguir, os resultados e discussão da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta o perfil das pessoas que participaram e analisa as respostas ao questionário desta pesquisa sobre microagressões raciais no ensino de Biblioteconomia da UNIR. A amostra totalizou 14 respondentes (100%), do questionário aplicado via *Google Forms* (Figura 1), maioria (12) mulheres (Figura 1 – item 2), entre 21 e 25 anos (Figura 1 – item 1). O elevado número de mulheres na amostra sugere a necessidade de examinar os dados coletados sob a perspectiva interseccional, que consideram as microagressões raciais de gênero, um fenômeno que combina o racismo e o sexismo (Haghighi, 2023).

A análise do pertencimento étnico-racial foi embasada na autodeclaração segundo os critérios do IBGE, o que resultou em 11 respondentes (79%) autodeclarados pardos e 3 (21%) autodeclarados pretos (Figura 1 – item 3). Embora a autodeclaração seja preponderante para políticas de ações afirmativas, foi observado que parte das pessoas pardas possui traços fenotípicos que, em certos contextos, são socialmente lidos como brancos, o que pode reduzir sua exposição a microagressões raciais em comparação àquelas com fenótipos negros mais evidentes. Contudo, a literatura destaca que a experiência e a frequência das microagressões estão além da identidade do agressor, pois englobam o conjunto de características fenotípicas que tornam pessoas negras (pretas e pardas) alvos dessas agressões (Sue *et al*., 2007).

Figura 1 – Infográfico com perfilamento de pessoas estudantes respondentes do estudo sobre microagressões no ensino bibliotecário em Rondônia



Fonte: elaborado com os dados da pesquisa com infográfico criado com apoio da Inteligência Artificial Generativa (ChatGPT, 2026)

A complexidade identitária da pessoa parda no Brasil é enfatizada por Costa e Schucman (2022), que apontam a dificuldade e a ambiguidade desse processo de autodeclaração em uma sociedade racista. Pereira (2023, p. 143) complementa que a escolha de uma pessoa negra de pele clara por se declarar parda em vez de morena pode representar "um processo político de reconhecimento da pertença ao grupo negro em reação às dinâmicas raciais perversas que almejam distanciá-la de sua negritude enquanto identidade politicamente afirmativa". Diante disso, a amostra evidencia que pessoas autodeclaradas pardas também relatam sofrer microagressões raciais, ainda que em frequência e tipos distintos dos relatados por pessoas pretas, o que reforça a necessidade de evitar interpretações distorcidas sobre a real incidência dessas agressões na trajetória acadêmica das pessoas estudantes negras do curso de Biblioteconomia da UNIR.

A análise do período (Figura 1 – item 4) na instituição revela que o tempo de permanência no ambiente acadêmico pode influenciar tanto a exposição quanto a capacidade de identificar e relatar microagressões raciais. Estudantes de semestres mais avançados, por terem um histórico mais extenso de interações, podem ter desenvolvido maior sensibilidade para nomear tais agressões ou, alternativamente, podem ter internalizado essas ocorrências como parte da rotina universitária. Quanto à variável Pessoa com Deficiência (Figura 1 – item 5), a maioria dos respondentes declarou não possuir deficiência, o que pode indicar barreiras de ingresso e permanência para pessoas com deficiência no curso, além de sugerir que racismo e capacitismo atuam de forma interconectada na exclusão social, invalidando as necessidades de acessibilidade desse grupo (Lima *et al*., 2024).

No que se refere à afiliação religiosa (Figura 1 – item 6), predominam as pessoas autodeclaradas cristãs (católicas, protestantes e outras denominações), enquanto 36% declararam não ter religião. Embora a adesão ao cristianismo ou a ausência de filiação religiosa não ofereçam proteção contra microagressões raciais, pessoas de religiões de matriz africana tendem a sofrer maior incidência desse tipo de agressão em comparação àquelas vinculadas a religiões dominantes. Quanto ao Estado de origem (Figura 1 – item 7), 71% dos respondentes são de Rondônia, o que evidencia que, mesmo locais, essas pessoas estudantes estão inseridas em um ambiente acadêmico que reproduz estereótipos racistas nacionais e regionais sobre a negritude, a origem amazônica e o acesso por meio de ações afirmativas.

A análise da grade curricular revela que todas as 14 respondentes (100%) cursam o Projeto Político Pedagógico de fevereiro de 2018 (Figura 1 – item 8), o que estabelece um marcador comum em sua trajetória acadêmica. Nesse contexto, as microagressões raciais podem manifestar-se tanto pela interpretação do conteúdo e das práticas pedagógicas previstas no PPP quanto pela omissão institucional em abordar temas étnico-raciais, em desacordo com as Leis Federais e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A responsabilidade pela conscientização discente sobre tais debates perpassa pela educação bibliotecária voltada à história, cultura e memórias negras e afrodiaspóricas. O currículo, como espaço de disputa (Souza; Fortunato, 2019), quando não oferece ferramentas teóricas e práticas para a compreensão do racismo estrutural, colabora para a perpetuação das microagressões raciais no ambiente acadêmico.

Quanto ao estágio curricular supervisionado (Figura 1 – item 9), nove respondentes (64%) não o realizaram, enquanto cinco (36%) o concluíram, o que sugere que grande parte da amostra ainda não atingiu o período do curso em que essa disciplina se torna exigida. Em contrapartida, a maioria (64%) possui experiência em estágios não obrigatórios, o que indica que, mesmo sem a etapa formal, as pessoas estudantes buscam vivências complementares. Essa modalidade, por ser o primeiro contato com a carreira profissional, tem potencial de manifestar microagressões raciais nas relações sociais e de trabalho, especialmente em hierarquias e códigos de conduta que podem expor o sujeito a formas de agressão relacionadas à capacidade técnica, liderança ou expectativas de subalternidade. A análise da forma de ingresso na universidade (Figura 1 – item 10) também se revela relevante, pois as ações afirmativas, embora democráticas, podem intensificar a experiência de microagressões, uma vez que as pessoas estudantes cotistas frequentemente enfrentam desqualificação intelectual e questionamentos sobre sua competência e pertencimento ao espaço universitário (Sue, 2010a; 2010b; 2010c; Sue *et al*., 2007).

A presença de pessoas cotistas (pardas e pretas) na pesquisa representa 21% do total de respondentes, enquanto oito participantes (57%) ingressaram por ampla concorrência (Figura 1 – item 11). Esse dado sugere que a microagressão racial se concentra na política de cotas, mas sobretudo na presença do corpo negro em um ambiente historicamente excludente. Para as estudantes pessoas cotistas, as microagressões adquirem uma dimensão ideológica

adicional, que contesta sua competência individual, bem como o próprio direito de ocupar o espaço acadêmico.

A análise da percepção discente sobre as microagressões raciais na Biblioteconomia da UNIR, obtida a partir do questionário aplicado, evidencia que a microinvalidação é a categoria de maior incidência entre as respondentes, a qual abrange comportamentos verbais e não-verbais que comunicam grosseria, insensibilidade ou desrespeito à herança racial ou identidade do indivíduo (Sue, 2010a; 2010b; 2010c; Sue *et al*., 2007).

Os relatos das pessoas estudantes respondentes revelaram diferentes manifestações. A primeira apontou invalidação de ideias de estudantes negras, prática recorrente que prejudica a autoestima e a confiança, além de criar ambiente hostil (Nadal, 2018); a segunda descreveu microataque, com tratamento ríspido de pessoas docentes brancas que deslegitimam a inteligência de estudantes negras; a terceira e a quarta relataram que questionamentos sobre a ausência de autorias negras na bibliografia foram rechaçados com a justificativa de que o conhecimento "não vê cor", o que caracteriza a subcategoria evasão da cor, que nega o racismo e invalida a representatividade epistêmica negra (Nadal, 2018; Sue, 2010a; Sue *et al*., 2007).

Os relatos cinco, seis e sete evidenciam a combinação de microinvalidação e microinsulto, com situações em que docentes duvidaram da autoria de trabalhos, presumiram que a pessoa estudante era cotista ou sugeriram que a Biblioteconomia "não era para mim". Nos casos seis e sete, a microinvalidação se ampliou à esfera pessoal, com docentes e colegas brancas tentando explicar à pessoa negra o que era racismo, dinâmica que transforma a vítima em objeto de ensino, nega sua autoridade epistêmica e anula sua percepção da própria vivência (Garcês-da-Silva *et al*., 2024; Sue *et al*., 2007).

As microinvalidações relacionam-se diretamente à injustiça testemunhal (Fricker, 2007), uma vez que as denúncias de racismo são desconsideradas devido a preconceitos de quem as escuta. Esses comportamentos, provenientes de pessoas docentes brancas, alinham-se aos estudos de Sue *et al*. (2007), Sue (2010a; 2010b; 2010c), Nadal (2018) e Garcês-da-Silva *et al*. (2024), que os caracterizam como elementos que desestabilizam a autoestima acadêmica e perpetuam o mito da meritocracia e a condição de "cidadão de segunda classe". Tais microagressões tornam a presença da vítima ausente e indesejável no ambiente acadêmico, e

transmitem a mensagem de que a pessoa não é bem-vinda ou é um ser humano “inferior” (DiAngelo, 2018).

Os microataques, embora menos frequentes nos resultados, representam as formas mais explícitas de discriminação racial, com impacto direto no percurso acadêmico, o que inclui insultos, comportamentos evasivos e ações discriminatórias intencionais (Sue *et al*., 2007). Exemplo disso é o relato da oitava respondente, que atribuiu a não seleção para uma vaga de bolsista, apesar de suas competências, ao fato de ser mulher negra, o que evidencia a interseção entre racismo e sexismo e ecoa pesquisas que indicam avaliações mais rigorosas e exclusão de estudantes negros no ensino superior (Nadal, 2018; Sue *et al*., 2007).

Todas as pessoas estudantes respondentes declararam ter vivenciado episódios de microagressões raciais no ambiente acadêmico, com predominância da microinvalidação, considerada a mais prejudicial das três categorias por negar diretamente as realidades sociais e as violências contra grupos não hegemônicos (Sue, 2010a; 2010b; 2010c; Sue *et al*., 2007). As microagressões relatadas no ensino bibliotecário rondoniense configuram um ambiente hostil que exige intervenção institucional, especialmente pela concentração de agressões vindas de pessoas docentes brancas, o que revela uma lacuna na formação pedagógica e na compreensão da diversidade étnico-racial. A Biblioteconomia tem o dever ético de promover o respeito e o justo tratamento a todas as pessoas, o que demanda a revisão curricular para incorporar epistemologias negras e indígenas, a conscientização docente sobre a perpetuação de violências raciais em sala de aula e a implementação de políticas institucionais de combate ao racismo que incluam sensibilização e responsabilização de docentes e discentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou a presença e as manifestações das microagressões raciais no contexto acadêmico rondoniense, a qual atingiu seu objetivo inicial ao recuperar a literatura científica sobre a temática em contextos educacionais biblioteconômicos. Isso nos permitiu identificar lacunas nas publicações atuais e indicou a necessidade de pesquisas com foco na região Norte do Brasil. A revisão teórica possibilitou a identificação de conceitos, categorias e tipos de microagressões raciais, que embasaram a interpretação das respostas fornecidas pelas pessoas estudantes participantes. Os resultados revelaram que as microinvalidações e os microinsultos foram as categorias mais frequentemente relatadas, o que evidencia as microagressões interseccionalizadas com opressões de pertença étnico-racial, gênero e sexualidade, fator que

corroborou com os estudos de Sue (2010a; 2010b; 2010c), Sue *et al*. (2007), Nadal (2018), Garcês-da-Silva *et al*. (2024a; 2024b) e Garcês-da-Silva e Andrade (2023).

A pesquisa enfrentou desafios, como a dificuldade em mobilizar as pessoas estudantes para participarem ativamente, com interesse lento e disperso, possivelmente relacionado à falta de visibilidade do tema na região Norte, além de barreiras logísticas como acesso irregular à internet e dificuldade de locomoção ao campus. Para o futuro, almejamos que este estudo contribua para mudanças nas políticas da UNIR e de outras instituições de ensino superior, ao integrar as microagressões como violências reconhecidas institucionalmente e promover debates que levem à identificação, denúncia e ações de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2008/l11.645.htm. Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana. Acesso em: 29 out. 2026

COSTA, Eliane Silvia; SCHUCMAN, Lia Vainer. Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: o pardo e as ações afirmativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 466-484, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v22n2/1808-4281-epp-22-02-0466.pdf. Acesso em: 22 jun. 2025.

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. Tradução: X. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 35-57, 2018. DOI: https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.22528.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice**: power and the ethics of knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FU, Rui; MILLER, Meniyah; PREVES, Ashley; LEFF, Stephen S. Addressing challenging interpersonal interactions on university campuses: a systematic review of training and intervention programs. **Race and Social Problems**, [*s. l.*], v. 18, n. 2, p. 1-12, 2026. DOI: https://doi.org/10.1007/s12552-026-09503-2.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; ANDRADE, Diogo Roberto da Silva. Cartografia das microagressões de gênero e sexualidade: reflexões interseccionais para o ensino bibliotecário. *In*: PIZARRO, Daniella Câmara; EGGERT-STEINDEL, Gisela; PEREIRA, Ana Maria (org.). **10 anos do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação**: abordagens e estudos. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2023. p. 341-370. (Selo Nyota).

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; *et al*. Microagressões raciais, poder e privilégio nas bibliotecas: uma análise dos discursos no The Microaggressions Project e Microaggressions in Librarianship. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 27-54, 2024a. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/983. Acesso em: 29 out. 2026

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; MOLTER, Adrieli; SILVA, Jordan Palmeiro da; GOMES, Verônica Santiago. O conhecimento amazônico e a informação étnico-racial nas produções da Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**. Recife: FEBAB, 2024b. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3460. Acesso em: 24 dez. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

HAGHIGHI, Anna Smith. What to know about microaggressions. **Medical News Today**, [*s. l.*], nov. 2023. Disponível em: https://www.medicalnewstoday.com/articles/microaggressions#definition. Acesso em: 1 dez. 2025.

HUBER, Lindsay Pérez; SOLÓRZANO, Daniel G. Racial microaggressions as a tool for critical race research. **Race Ethnicity and Education**, [*s. l.*], v. 18, n. 3, p. 297-320, 2015. DOI: https://doi.org/10.1080/13613324.2014.994173.

JANA, Tiffany; BARAN, Michael. **Subtle acts of exclusion**: how to understand, identify, and stop microaggressions. Oakland, CA: Berrett-Koehler Publishers, 2020.

LIMA, Adyadna Pereira.; COÊLHO, Bernadete Perez; TRINDADE, Jarbas Constantino Cameiro. Mattos; MELO, Nathalia Valeska Brigel. Racismo estrutural e capacitismo: a importância dos direitos humanos na defesa da vida de pessoas com deficiência hipervulneráveis. **Derecho y Cambio Social – DCS**, [*s. l.*], n. 75, p. 1-19, 2024. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.13125547.

NADAL, Kevin L. **Microaggressions and traumatic stress**: theory, research, and clinical treatment. Washington, DC: American Psychological Association, 2018.

PASTORE, Isadora. As injustiças sociais e o neoliberalismo como propulsores do sofrimento psicológico. **Kínesis**, [*s. l.*], v. 17, n. 42, p. 121-132, 2025. DOI: https://doi.org/10.36311/1984-8900.2025.v17n42.p121-132.

PEREIRA, Carolina. **Pessoas negras de pele clara**: um olhar para a identidade racial. 2023. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247522. Acesso em: 29 out. 2026

PIERCE, Chester M. Offensive mechanisms. *In*: BARBOUR, Floyd B. (ed.). **The Black seventies**. Boston: Porter Sargent Publisher, 1970. p. 265-282. (An Extending Horizon Book).

SOUZA, Paulo Crispim Alves de; FORTUNATO, Ivan. O currículo e as relações étnico-raciais: um território em disputa. **Revista Exitus**, [*s. l.*], v. 9, n. 5, p. 130-159, 2019. DOI: https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n5ID1103.

SUE, Derald Wing (ed.). **Microaggressions and marginality**: manifestation, dynamics, and impact. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2010a.

SUE, Derald Wing. **Microaggressions in everyday life**: race, gender, and sexual orientation. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2010b.

SUE, Derald Wing. Taxonomy of microaggressions. *In*: SUE, Derald Wing. **Microaggressions in everyday life**: race, gender, and sexual orientation. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2010c. p. 21-42.

SUE, Derald Wing; *et al.* Disarming racial microaggressions: microintervention strategies for targets, white allies, and bystanders. **American Psychologist**, Washington, DC, v. 74, n. 1, p. 128-142, 2019. DOI: https://doi.org/10.1037/amp0000296. Acesso em: 05 nov. 2026.

SUE, Derald Wing, *et al*. Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice. **American Psychologist**, Washington, DC, v. 62, n. 4, p. 271-286, 2007. DOI: https://doi.org/10.1037/0003-066X.62.4.271. Acesso em: 05 nov. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Departamento Acadêmico de Ciência da Informação. **Projeto político-pedagógico do Curso de Ciência da Informação com ênfase em Biblioteconomia**. Porto Velho: DACI, 2018. Disponível em: https://www.prograd.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/cursos/cursos-oferecidos/biblioteconomia-e-ciencia-da-informacao/ppc_bci_atualizado_2019 Acesso em: 29 out. 2026